



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569717 - PE (2020/0077134-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CLODOALDO BATTISTA DE SOUZA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : CICERO RUFINO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA Nº 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CICERO RUFINO DA SILVA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Plantonista Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferida em 26/03/2020.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 01/02/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, inciso IV, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, pois, segundo consta da denúncia, "*armado com uma faca peixeira [...] e sem motivos aparentes desferiu um golpe direto em direção a barriga da vítima Elias Pereira da Silva, dificultando sua defesa, não consumando o crime por circunstâncias alheias a sua vontade, qual seja, a imediata reação do ofendido*" (fls. 24/25).

Desde novembro de 2019, o Acusado está internado provisoriamente no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. O pedido liminar foi indeferido às fls. 220-222.

Neste *writ*, a Defesa argumenta, em síntese, que o constrangimento ilegal é manifesto, pois "*o paciente encontra-se detido há 01 ANO e 02 MESES e há expressa recomendação médica para desinternação no HCTP, bem como em razão da necessidade de se diminuir a superlotação existente no referido estabelecimento prisional como medida mitigadora dos efeitos da pandemia do COVID-19*" (fl. 22).

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente.

É o relatório. Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 536.205/PB, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 28/11/2019; e AgRg no HC 554.284/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 14/02/2020).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido, que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na situação dos autos, não se verifica, *prima facie*, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo porque consta da decisão atacada que, "[n]ão obstante todas as dificuldades que são enfrentadas pelas pessoas que se encontram em estabelecimentos prisionais ou de internação, felizmente **não há, até esta data, registro de caso da referida doença em unidades de recolhimento do Estado de Pernambuco, que, inclusive, determinou a suspensão de visitas**" (fls. 221/222; grifos diversos do original), fundamento que não se mostra inidôneo.

Ademais, o Juízo singular ressaltou que não seria recomendável a desinternação do Acusado, tendo em vista o risco ao meio social e, em especial, à sua família, "*diante da gravidade concreta do ato realizado em face de irmão e sem motivo aparente, eis que o réu partiu para cima da vítima com uma faca a fim de desferir diversos golpes*" (fl. 200; sem grifos no original).

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Destaque-se que, não havendo notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal

de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora